

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, Ethiopia P. O. Box 3243 Telefone: 5517 700 Fax: 5517844

Website: www.Africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Primeira Sessão Ordinária

9 - 13 de Julho 2012

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/749(XXI)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA
CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO
DSENVOLVIMENTO DOS RECURSOS MINERAIS,
12 – 16 DE DEZEMBRO DE 2011
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243
+251-1-517844

Telephone 517 700 Fax:

**CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS
PELO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS MINERAIS
SGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA
12-16 DE DEZEMBRO DE 2011
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

**Ext/Min/CAMRMRD/Rpt(II)
ORIGINAL: INGLÊS**

**CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL PARA A INDÚSTRIA
EXTRACTIVA AFRICANA: DA VISÃO À ACÇÃO**

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS
15 – 16 DE DEZEMBRO DE 2011**

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS

INTRODUÇÃO

1. A Segunda Sessão Ordinária da Conferência da UA dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais teve lugar, a nível Ministerial, nos dias 15 e 16 de Dezembro de 2011 na Sede da UA, em Adis Abeba, Etiópia. A reunião foi declarada aberta por S.E. Sra. Sinkinesh Ejigu, Ministra das Minas da República Federal Democrática da Etiópia. Os discursos foram proferidos por S.E. Sra. Sinkinesh Ejigu, Ministra das Minas da República Federal Democrática da Etiópia, S.E. Sr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da CUA e Joseph Atta-Mensah, Director do Gabinete de Planificação Estratégica e Gestão de Programas da UNECA.

Participação

2. A reunião contou com a participação dos Estados-membros seguintes: Argélia, Benin, Burkina Faso, Burundi, Chade, Côte d'Ivoire, Comores, Congo, Egipto, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gana, Quénia, Lesoto, Líbia, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Sarauí Democrática, Senegal, Sierra Leone, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda e Zâmbia.

3. As seguintes Comunidades Económicas Regionais (CER) participaram na reunião: Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). As seguintes Organizações Internacionais e países não africanos também participaram na reunião: África Practice, Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD), Centro Africano para a Transformação Económica (ACET), Consultores para os Assuntos Africanos-Europeus, Mecanismo Africano de Apoio Jurídico (ALSF-AFDB), Agência Internacional para o Desenvolvimento Internacional (AUSAID), Serviços Geológicos da Etiópia, Geowissenschaften and Rohstoffe (BGR), BHP Billiot-Minerals Exploration, Centro Europeu para a Gestão de Políticas de Desenvolvimento (ECDPM), Comissão Europeia (CE), Agência Canadana de Desenvolvimento Internacional (CIDA), Comunidades e Mineração de Pequena Escala – África (CASMU), Centre du Commerce International pour la Développement (CECIDE), Universidade de Columbia, Confédération National des Travailleurs de Guinée (CNTG), Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (EITI), Euro Geo Surveys, Serviços Geológicos da Finlândia (GTK), Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM), Mintek, Associação de Indústrias e Empresas de Mineração da África Austral (MIASA), Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA), Agência Nacional de Recursos – Canadá (NRCAN), Publish What You Pay, Revenue Watch Institute, Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP), Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), University of Dundee, Université du Québec à Montreal, University of the Witwatersrand, Conselho

Mundial do Ouro (WGC), Zambezi Mining Services, Banco Mundial, Third World Network-Africa, Canadá, Austrália, Bélgica, Suécia e EUA.

Ponto 1 da Agenda: Abertura da Reunião

1) Discurso da Ministra das Minas da República Federal Democrática da Etiópia, S.E. Sra. Sinkinesh Ejigu

4. Após as cortesias habituais, a Sra. Sinkinesh Ejigu fez uma apresentação detalhada sobre o mapa dos recursos minerais da Etiópia, o estado da exploração em pequena escala de alguns jazigos e forneceu informações relativas à política da Etiópia em matéria da atribuição de concessões mineiras a investidores estrangeiros atraídos pela economia liberal do mercado. Acrescentou que o Governo da Etiópia está determinado, através de uma administração transparente dos recursos minerais, a transformar este último numa verdadeira alavanca de crescimento económico e desenvolvimento, em conformidade com os princípios contidos na Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas, à qual a Etiópia aderiu. Todavia, a Ministra deplorou o contraste existente entre a riqueza diversificada do subsolo africano e o elevado índice de pobreza do Continente. Lembrou os desafios a serem ultrapassados de uma forma concertada a fim de inverter esta tendência e colocar África no caminho do desenvolvimento sustentável. Concluiu o seu discurso convidando a Conferência Ministerial a assumir uma posição em relação ao projecto de Plano de Acção submetido pela Reunião de Peritos, inspirando-se no relatório-quadro elaborado pelo Grupo de Trabalho Internacional sobre os Regimes Africanos de Exploração Mineira.

2) Discurso do Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos e Comissário Interino para o Comércio e Indústria

5. Depois das cortesias habituais, o Dr. Maxwell Mkwezalamba convidou os participantes a observar um minuto de silêncio em memória de S.E. Elisabeth Tankeu, Comissária para Comércio e Indústria, falecida a 16 de Outubro de 2011, em Paris. Realçou a pertinência do tema da Conferência, que destaca o compromisso dos líderes africanos em relação a uma gestão sadia e transparente do sector mineiro do Continente com vista a colocar África no caminho do desenvolvimento sustentável. Porém, este objectivo está longe de ser materializado uma vez que a pobreza continua a devastar o Continente que procura realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015, não obstante os seus abundantes recursos minerais. Realçou os efeitos negativos da exploração mineira em África, no que diz respeito à instabilidade política bem como à sua insignificante contribuição para o bem-estar das populações. Em seguida, o Dr. Maxwell Mkwezalamba enumerou as várias medidas a serem tomadas para inverter esta tendência e tirar o sector mineiro desta situação difícil de forma a poder contribuir significativamente para o desenvolvimento e a melhoria do nível de vida das populações. Ao concluir o seu discurso, elogiou o trabalho preparatório realizado pelos Peritos, assim como a contribuição de todos os parceiros para o sucesso da Sessão Ministerial. Declarou aberta a reunião.

3) Discurso de Joseph Atta-Mensah, Director do Gabinete de Planificação Estratégica e Gestão de Programas da UNECA

6. No seu discurso, o Sr. Atta-Mensah afirmou que o tema escolhido para a conferência, "Construção de um Futuro Sustentável para a Indústria Extractiva de África - Da Visão à Ação", era muito adequado e oportuno. Segundo o Sr. Atta-Mensah, durante muito tempo, África assumiu como um dado adquirido que tem de ser um exportador de matérias-primas para a industrialização de outros países e não de si própria. Salientou que os cidadãos, e até mesmo comunidades, que se encontram em redor dos locais de mineração têm pacientemente esperado por benefícios de novas minas, embora o impacto total desses benefícios continue, em grande medida, ilusório. "Em vez disso, sofrem as consequências de uma série de impactos negativos que a mineração pode e em muitos casos inflige-lhes", acrescentou. Durante quase uma década, os países africanos exportadores de minérios assistiram passivamente à subida dos preços de produtos de base de origem mineral, mas os seus benefícios provenientes do sector ainda têm de alcançar o mesmo auge devido a obrigações contratuais que têm mantido os seus benefícios a níveis não compatíveis com os das empresas de mineração. Afirmou ainda que "estas são precisamente algumas das razões que levaram os Ministros a aprovar a Visão em 2008 e apresentá-la aos nossos Chefes de Estado e de Governo para aprovação, com a qual sentimo-nos optimistas! Sentimo-nos optimistas porque a Visão prometeu abordar estes e muitos outros pontos fracos que têm impedido que África beneficie plenamente da sua riqueza mineral", disse Atta-Mensah. Sublinhou que a reunião vai começar a traçar como os Estados-membros podem cumprir essas promessas, o que precisam fazer para materializar os ideais ambiciosos e nobres definidos aquando da elaboração da Visão. Salientou ainda que são estes ideais que irão conduzir as aspirações e as esperanças do continente.

Ponto 2 da Agenda: Apresentação da Mesa

7. A reunião elegeu a Mesa seguinte:

Presidente	:	Etiópia
1º Vice-presidente	:	Mali
2º Vice-presidente	:	Congo
3º Vice-presidente	:	Argélia
Relator	:	Moçambique

Ponto 3 da Agenda: Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

8. A reunião analisou e adoptou a sua Agenda e Programa de Trabalho sem emendas.

Ponto 4 da Agenda: Organização do Trabalho

9. A reunião adoptou ainda o horário de trabalho seguinte:

Período da Manhã: 09H00 – 13H00
Período da Tarde: 14H30 – 18H00

Ponto 5 da Agenda: Análise do Relatório da Reunião de Peritos

10. O relator apresentou o Relatório dos Peritos aos Ministros, centrando-se principalmente nas recomendações dos vários clusters. Os Ministros adoptaram o relatório com emendas e as seguintes recomendações adicionais:

- a) As empresas mineiras e os parceiros devem apoiar os Estados-membros no desenvolvimento de capacidades no sector mineiro;
- b) Os Estados-membros devem promover e apoiar a criação de escolas de formação na área de recursos minerais para o desenvolvimento de competências nesta área;
- c) Os Estados-membros devem pôr em prática o MAAP no sector mineiro e incorporar os princípios de EITI na administração do sector mineiro.

Ponto 6 da Agenda: Análise e Adopção do Plano de Acção para a Implementação da Visão Africana para o Sector Mineiro (AMV)

11. Os Ministros aprovaram o Plano de Acção para a Implementação da Visão Africana para o Sector Mineiro com emendas.

Ponto 7 da Agenda: Mesa Redonda com os Parceiros de Desenvolvimento

12. S.E Sra. Sinkenesh Ejigu, Ministra das Minas da Etiópia, no seu discurso de abertura, informou a reunião que os objectivos da mesa redonda com os parceiros de desenvolvimento era discutir / debater como os parceiros de desenvolvimento irão se enquadrar na implementação da Visão Africana para o Sector Mineiro com base no Plano de Acção proposto. Afirmou igualmente que este Plano de Acção será aprovado durante a sessão Ministerial.

13. O Dr. Maxwell M. Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos da UA, identificou a falta de recursos como um grande desafio de África para a implementação do Plano de Acção. Salientou que a mobilização de recursos é fundamental e África não deve depender apenas dos parceiros de desenvolvimento, em vez disso, os Estados-membros e as suas instituições, incluindo o sector privado, ONGs, OSCs, devem igualmente desempenhar um papel importante. Nesta mesa redonda, a reunião vai auscultar os parceiros de desenvolvimento sobre como irão participar com vista a resolver este desafio. Na sua declaração, o Dr. Maxwell informou a reunião que a UA, em estreita colaboração com as CERs, BAD, UNECA e outros parceiros de desenvolvimento, deve lidar com as actividades de monitorização e avaliação. Salientou igualmente que o Centro Africano de Pesquisa de Políticas Mineiras irá levar a cabo pesquisas no domínio de políticas sob a liderança da CUA, UNECA e BAD.

14. O Embaixador Jens Odlander, Embaixador Sueco na Etiópia, manifestou interesse em prestar apoio para a implementação da Visão Africana para o Sector Mineiro nas áreas de desenvolvimento, pesquisa e política mineira. Salientou que a questão dos direitos humanos deve ser dada ênfase na Visão.

15. A Embaixadora da Austrália na Etiópia Sra Lisa Filippeto, declarou que a Austrália, sendo a um país rico em minérios, tem vindo a trocar experiências desde 2009 com os países africanos, com o objectivo de alcançar um desenvolvimento no sentido mais amplo nas indústrias extractivas. Mencionou igualmente que o governo Australiano ofereceu bolsas de estudo a estudantes de diferentes países africanos. S.E. Lisa Filipetto, mencionou o facto da Austrália querer ser um parceiro chave no Desenvolvimento do Centro de Pesquisa em Políticas Minerais, em apoio ao AMV.

16. O Chefe da Delegação da UE, afirmou que devido ao facto da mineração em África enfrentar muitos desafios, os governos africanos e as companhias de mineração que operam em África devem assumir a responsabilidade de tornar o sector sustentável e equitativo. Disse que a UE saúda a AMV e o Plano de Acção e deseja participar em três áreas.

- a) Governação que inclui regimes tributários, transparência, envolvimento das OSC e a negociação de contratos.
- b) Investimento que inclui a planificação do uso da Terra, maior acréscimo de valor e questões de CSR
- c) Informação geológica que inclui o apoio à capacitação das organizações africanas que trabalham em levantamento geológico.

17. O delegado da UE mencionou igualmente as iniciativas por eles desenvolvidas que exigem que as companhias privadas da UE prestem contas sobre os impostos e *royalties* que pagaram aos países beneficiários.

18. O representante da CIDA saudou a AMV e manifestou o interesse do Canadá em apoiar a sua implementação. Mencionou o desenvolvimento de políticas, a capacitação, a melhoria dos benefícios sociais das indústrias extractivas e a disseminação do conhecimento como áreas de colaboração.

19. O Dr. Paulo De Sa, Gestor da Divisão de Políticas de Mineração, gás e petróleo do Banco Mundial, aprovou plenamente a AMV, e seu Plano de Acção. Desafiou a reunião propondo um interesse bem ambicioso de colaboração do Banco Mundial como se segue:

- a) Concluir o Mapeamento Geológico de África- o custo está estimado em mil milhões de Dólares Americanos;
- b) Parar o conflito nas indústrias extractivas de África- 5 milhões foram já atribuídos.

- c) Aumentar as ligações do sector mineiro com outros sectores em termos de conteúdo local nos países africanos ricos em recursos.
- d) Capacitar os países africanos;
- e) Trabalhar em parceria na criação do Centro de Pesquisa de Políticas Mineiras e criação do Grupo de Aprendizagem recomendado:

20. Nos debates subsequentes, a reunião apresentou as seguintes observações e recomendações:

- Saudou o apoio prometido pelos Parceiros de Desenvolvimento na implementação do Plano de Acção da Visão Africana para o sector Mineiro e outras iniciativas aliadas tais como a *Nordic initiated Minerals for Development*. Contudo exprimiu remorso relativamente às relações passadas entre África e as Companhias de extracção mineira, muitas das quais provenientes dos Parceiros de desenvolvimento, o que não tem sido benéfico para as economias africanas e seu bem-estar.
- A necessidade de fazer com que as companhias mineiras e o sector privado em geral apoiem o Plano de Acção da Visão Africana para o Sector Mineiro, especialmente na área de Formação e Desenvolvimento de competências locais, assim como nas negociações de contractos de Mineração.
- A necessidade dos Parceiros de Desenvolvimento colocarem mais ênfase e orientarem a assistência dos Clusters dos Programas que tratam da gestão das Receitas de Mineração e receitas dos produtos provenientes da extracção mineira, relativamente às questões de dupla tributação e preços das transferências, sistemas de mapeamento geológico e informação sobre mineração, questões sociais e ambientais e financiamento, dado que a mineração é geralmente financiada por participações privadas.
- A necessidade dos Parceiros de Desenvolvimento assistirem os países Africanos na Revisão dos Regimes de Mineração, com base em questões de governação, transparência e responsabilidade social das empresas.
- A necessidade de desencorajar a politização da Indústria extractiva, especialmente através de sanções, que pode ser prejudicial para o desenvolvimento económico de África.
- A necessidade de apoiar os papeis das Organizações da Sociedade Civil no sector de mineração especialmente na promoção da boa governação e da transparência.

- A reunião salientou a necessidade de uma definição adequada dos papéis e responsabilidades na implementação do Plano de Acção da Visão Africana para o Sector Mineiro

Ponto 8 da Agenda: Apreciação e Adopção da Declaração Ministerial

21. A conferência apreciou e adoptou a sua declaração com emendas .

Ponto 10 da Agenda : Diversos

22. Sob este ponto da agenda, a Conferência analisou a data e o local da próxima Sessão Ministerial. O Ministro do Mali, S.E. Amadou CISSE ofereceu-se para acolher a 3ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais em Bamako, Mali.

Ponto 11 da Agenda: Apreciação e Adopção do Relatório Ministerial

23. A Conferência apreciou o seu relatório e adoptou-o com emendas .

Ponto 12 da Agenda: Moção de Agradecimento

24. Uma moção de agradecimento foi apresentada em nome da Conferência por S.E. Sr. OBA, Ministro de Geologia e Minas da República do Congo. A moção de agradecimento exprimiu a gratidão da Conferência ao Governo e povos da Etiópia pelo caloroso acolhimento e instalações providenciadas para o bom sucesso da reunião. Felicitou ainda a Reunião de Peritos pela sua contribuição para o sucesso do segmento ministerial. Concluiu desejando que sob a liderança dos Ministro das Minas da República Federal e Democrática da Etiópia, o plano de acção acordado seja implementado de tal forma que o sector de mineração se torne um propulsor do crescimento económico de África.

Ponto 13 da Agenda: Encerramento da Reunião

25. O Presidente S.E. Sra Sinkenesh Ejigu, Ministro das Minas da Etiópia, encerrou a reunião agradecendo os Ministros e todos os participantes pelas suas contribuições que tiveram como resultado uma Conferência coroada de êxito.

**DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO
SUSTENTÁVEL PARA A INDÚSTRIA EXTRACTIVA AFRICANA – DA VISÃO À
ACÇÃO**

Adoptada pela

**SEGUNDA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA DOS MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS MINERAIS**

**DECLARAÇÃO DE ADIS ABEBA SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO
SUSTENTÁVEL PARA A INDÚSTRIA EXTRACTIVA AFRICANA – DA VISÃO À
ACÇÃO**

Adoptada pela

**SEGUNDA CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA DOS MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS MINERAIS**

Nós, os Ministros da União Africana Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais, reunidos na Segunda Sessão da nossa Conferência nos dias 15 e 16 de Dezembro de 2011 em Adis Abeba, Etiópia;

PREOCUPADOS PROFUNDAMENTE com a elevada incidência de pobreza e de subdesenvolvimento que prevalece em África, apesar dos seus recursos minerais abundantes, e com a sustentabilidade dos preços elevados de produtos de base de origem mineral desde 2003;

CIENTES da contribuição significativa que o sector mineiro pode fazer para o desenvolvimento socioeconómico geral de África e dos nossos países, para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e, conseqüentemente, para a erradicação da pobreza no continente;

RECORDANDO a Visão Africana para o Sector Mineiro (AMV), aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo na sua Conferência realizada em Fevereiro de 2009, que constitui agora o principal mecanismo para o desenvolvimento da enorme riqueza de recursos minerais do continente;

RECORDANDO IGUALMENTE a decisão (Doc EX.CL/474 (XIV)), emanada da 14ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo sobre o Desenvolvimento e Gestão dos Recursos Minerais de África, que solicita os Ministros da UA Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais a elaborar um plano de acção concreto para a concretização da Visão;

CIENTES do facto de que durante a nossa primeira sessão realizada em Outubro de 2008 aprovamos a recomendação da reunião da Mesa Grande sobre a gestão dos recursos naturais, realizada em Fevereiro de 2007, de criar um Grupo de Estudo Internacional (GEI), sob a égide da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), para rever os regimes africanos de exploração mineira, e de que o GEI já concluiu o seu trabalho e apresentou recomendações;

TOMANDO NOTA de que com base no trabalho do GEI, na Visão Africana para o Sector Mineiro em si, no Quadro de Acção para o Desenvolvimento do Sector dos Recursos Minerais nos Estados-membros da ACP, bem como outros documentos pertinentes, um Plano de Acção foi elaborado como orientado pelos Chefes de Estado e de Governo na sua reunião em Fevereiro de 2009;

CONVENCIDOS de que África tem de reformar rapidamente o seu espaço de políticas com vista a harmonizá-lo com os princípios da Visão Africana para o Sector Mineiro, e que no centro da Visão está um Estado orientado para o desenvolvimento que integra o sector mineiro nos processos mais amplos de desenvolvimento social e económico para maximizar os benefícios provenientes da exploração de recursos minerais;

CIENTES de que os minérios são recursos limitados, cuja exploração não irá durar para sempre e que devem ser utilizados de forma prudente para o benefício das gerações presentes e vindouras;

DETERMINADOS a agir, uma vez que as oportunidades oferecidas pelos elevados preços dos produtos de base de origem mineral, que resultaram de uma maior competitividade e procura dos recursos minerais de África desde 2003, não beneficiaram plenamente os países africanos produtores de minérios de uma forma proporcional à sua enorme riqueza de recursos minerais;

Pela presente:

RECONHECEMOS o direito dos povos de dispor dos seus recursos naturais e, por conseguinte, os direitos soberanos dos Estados-membros da UA de proteger e salvaguardar os seus recursos naturais contra qualquer forma de pilhagem;

REAFIRMAMOS o nosso compromisso de desenvolver e gerir de forma efectiva, transparente e eficiente os recursos minerais de África com vista a realizar os ODM, erradicar a pobreza e alcançar o desenvolvimento socioeconómico geral rápido e sustentável;

APELAMOS os Estados-membros a criar um ambiente fiscal que possa aumentar as receitas provenientes da exploração mineira dos países africanos produtores de minérios a fim de ajudar a financiar o crescimento e o desenvolvimento de África, através da optimização dos pacotes fiscais sem, portanto, desencorajar o investimento no sector mineiro, bem como através do reforço das capacidades para negociar disposições de natureza fiscal melhores, redução da evasão fiscal e monitorização eficaz do cumprimento das legislações fiscais;

APELAMOS AINDA os Estados-membros a considerar a aquisição de participações nos empreendimentos mineiros com vista a obter uma maior quota dos benefícios para o povo africano;

SUBLINHAMOS a necessidade de uma melhor gestão e utilização das receitas provenientes de minérios através de investimento dos ganhos excepcionais e das receitas provenientes de minérios em fundos de estabilização, fundos de infra-estruturas e fundos soberanos, bem como através do desenvolvimento de sistemas de distribuição das receitas que canalizem parte da receita proveniente de minérios para melhorar o bem-estar das comunidades locais;

COMPROMETEMO-NOS a melhorar os sistemas de informação geo-científica e mineira através da melhoria da afectação de recursos para as instituições de pesquisa geológica nacionais, actualização dos inventários dos recursos minerais e das bases de dados de informação geo-científica, bem como intensificação dos esforços para padronizar os métodos e abordagens de gestão de informações geológicas;

SAUDAMOS a conclusão da primeira fase do Sistema de Observação de Geo-recursos Africano-Europeu (AEGOS), que projectou a infra-estrutura de dados espaciais para geo-recursos em África, e recomendamos ainda que esta seja estendida para a Fase 2 a fim de fornecer dados geo-científicos interoperáveis e elementos que sejam importantes para os órgãos de decisão, sector privado, académicos, pesquisadores e outros intervenientes envolvidos no desenvolvimento dos recursos minerais;

INCENTIVAMOS os Estados-membros da UA a implementar o projecto de Troca de Informações sobre Recursos Naturais (NRIE) que visa fornecer informações sobre a cadeia de valor dos recursos minerais e tornar visível o impacto da exploração de recursos sobre a criação de riqueza para o país em causa, bem como a preservação do meio ambiente.

SOLICITAMOS aos Estados-membros da UA a intensificar os esforços para reforçar as capacidades humanas e institucionais através de um melhor apoio às instituições de pesquisa e desenvolvimento de recursos minerais, ao desenvolvimento de recursos humanos e aos que apoiam o desenvolvimento dos recursos minerais em geral, bem como a reforçar a acessibilidade aos programas de aprendizagem pelos países e a colaboração no domínio da pesquisa e desenvolvimento;

INCENTIVAMOS os Estados-membros da UA a criar um ambiente propício para o desenvolvimento de um sector mineiro artesanal e de pequena escala viável e sustentável que contribui para o crescimento e desenvolvimento através da melhoria das políticas de Mineração Artesanal e de Pequena Escala (ASM) e programas de apoio técnico, financeiro e empresarial, bem como através de apoio em termos de reforço das capacidades das empresas de mineração artesanais e de pequena escala;

COMPROMETEMO-NOS AINDA a reforçar a transparência, a responsabilização, e o acesso à informação, bem como a melhorar a participação pública e a oferecer programas de capacitação para as comunidades locais, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e a autoridade legislativa, a fim de assegurarem uma supervisão eficaz e criar deste modo um sector mineiro bem governado que seja inclusivo e apreciado pelos intervenientes;

APELAMOS os Estados-membros da UA a criar um sector mineiro ecologicamente sustentável e socialmente responsável através do reforço das avaliações de impacto ambiental e social, desenvolvimento e adopção de normas comuns ambientais, de saúde e segurança, bem como através da monitorização da aplicação dos fundos ambientais e sociais;

EXORTAMOS os Estados-membros da UA a integrar as boas práticas de administração tais como a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (EITI) nas suas respectivas políticas, leis e regulamentos, e para este fim solicitamos ao Secretariado do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP) a incluir nas futuras avaliações nacionais um capítulo sobre administração dos recursos naturais;

SOLICITAMOS às Instituições Internacionais envolvidas a alargar a operacionalização da EITI + + a fim de resolver problemas a montante e a jusante tais como o licenciamento, a aquisição, a apropriação e o desenvolvimento sustentável;

APELAMOS as empresas de mineração que operam em África a adoptar uma boa governação corporativa e a aderirem à Carta de Desenvolvimento Sustentável do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM) e à Iniciativa Global para a Apresentação de Relatórios (GRI);

APROVAMOS o Plano de Acção como um instrumento continental para orientar o desenvolvimento e gestão prudente, transparente e eficiente dos recursos minerais de África como previsto pela AMV, a fim de realizar os ODM, erradicar a pobreza e assegurar a equidade entre gerações através do desenvolvimento socioeconómico geral sustentável;

APROVAMOS AINDA a proposta de criar um Centro de Desenvolvimento da Indústria Mineira para fornecer capacidade estratégica em termos de apoio técnico à UA/NEPAD, Comunidades Económicas Regionais (CER) e aos Estados-membros para a implementação do Plano de Acção e, portanto, da AMV, e apelamos os parceiros de desenvolvimento a apoiar as actividades do centro proposto;

SOLICITAMOS à Comissão da UA, em colaboração com a UNECA e o BAD, a auxiliar os Estados-membros da UA e as suas organizações a implementar rapidamente o Plano de Acção como um meio para a concretização dos objectivos da Visão Africana para o Sector Mineiro.

Adis Abeba, 16 de Dezembro de 2011

2012

Report of the 2nd ordinary Session of
the AU conference of ministers
responsible for mineral resources
development, Addis Ababa, Ethiopia,
12-16 December 2011

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4273>

Downloaded from African Union Common Repository